

Editorial

Cinza que te quero verde: As várias faces do “empresarialismo ecológico”

Marcelo Lopes de Souza

“Verde que te quiero verde” é, com certeza, o verso mais conhecido de um dos poemas mais famosos do espanhol Federico García Lorca, *Romance sonámbulo*. Apesar de ser um poema trágico, a evocação da natureza é reiterada no poema. “Verde que te quero verde” é uma construção que chegou a virar sinônimo de devoção à natureza, culto de idílio arcadiano ou bandeira de luta pela proteção ambiental; com o tempo, caiu no senso comum e foi apropriada até como nome de loja de produtos de jardinagem ou de cafeteria “ecológica”. Um destino que, seguramente, García Lorca jamais teria imaginado.

O mais inusitado – será mesmo inusitado?... –, contudo, é quando os agentes promotores de atividades essencialmente antiecológicas, “antiverde”, se desenvolvem e propagam um discurso em que se travestem de campeões da “sustentabilidade”. Como em uma grotesca paródia, a frase-símbolo bem poderia ser: “cinza que te quero verde”, com o “cinza” sendo utilizado metonimicamente para representar a poluição do ar, do solo e das águas – do material particulado (as “cinzas”, aliás...) aos gases, dos líquidos contaminantes ao lixo tóxico.

O tema do dossiê temático trazido por este número de **AMBIENTES**, organizado por **Thiago Roniere Rebouças Tavares**, **Raquel Giffoni Pinto** e **Maíra Sertã Mansur**, se intitula “Ambientalismos corporativos: Captura, instrumentalização e controle sócio-es-

pacial”. O dossiê traz seis artigos, um deles correspondendo a uma tradução – generosamente financiada por um dos autores – de um artigo originalmente publicado em inglês, mas que foi considerado pelos organizadores do dossiê como uma contribuição seminal para a compreensão do papel das empresas nesse contexto (o artigo vem, aliás, juntamente com os comentários à versão original e as respostas dos autores aos comentários). Em seu conjunto, trata-se de uma relevante contribuição de nossa revista para um debate essencial, pois gira em torno da necessidade de avaliar criticamente e desmascarar uma tremenda operação de mistificação ideológica. Um exemplo entre milhões foi oferecido, recentemente, pela *Folha de São Paulo*, que noticiou, em edição de 18 de junho, estar brindando seus leitores com mais uma “*masterclass*” em sua plataforma: “‘Combate ao aquecimento global pode ser atividade rentável’, diz ex-presidente do Itaú na CasaFolha”, para logo abaixo complementar com este gancho: “Em curso na plataforma, Candido Bracher mostra oportunidades da agenda ambiental”. Isso mostra a rápida popularização e a quase febril difusão da agenda “ESG” (*Environmental, Social, Governance*) no mundo corporativo – e entre aqueles que o admiram.

A “agenda” (ou, antes, ideologia) “ESG” possui, no entanto, antecedentes, e ela própria não esgota o assunto. Desde os famosos “selos verdes” até exercícios ainda mais elaborados (ou mais cínicos) de envernizamento de atividades empresariais com uma película de preocupação ambiental, muitas têm sido, pelo mundo afora, as formas adotadas pelas empresas para se tornarem mais simpáticas aos olhos dos consumidores, das agências regulatórias que supervisionam atividades empresariais e zelam pelos interesses de acionistas e investidores (como a “United States Securities and Exchange Commission”, a Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos) e, em última análise, da “opinião pública” (filtrada, obviamente, pela grande imprensa). Essas práticas vão desde gastos vultosos com “*greenwashing*”, em que firmas muitas vezes gastam mais com publicidade sobre suas “virtudes ecológicas” que com medidas práticas de proteção ambiental ou redução da poluição, até propaganda enganosa, omissão de informações, financiamento

de campanhas de desinformação, cooptação de “formadores de opinião” e adoção de providências meramente parciais ou paliativas.

Nada disso elimina, por certo, a possibilidade de que, antecipando-se a exigências ou temendo penalidades, algumas empresas atuem com alguma consistência, sem recorrer a subterfúgios desabonadores. Por óbvio, o emprego de tecnologias menos “sujas” e a utilização de filtros industriais e outros equipamentos de redução de poluição, entre outros exemplos, também ocorrem. No terreno da “modernização ecológica”, nem tudo é jogo de cena ou mera enganação. Todavia, quais são os limites das estratégias empresariais? Uma vez que nenhuma atividade capitalista pode deixar de ter no lucro – e não em metas sociais ou ecológicas – a sua razão primária de existir, qualquer preocupação com proteção ambiental, redução de emissões de gases de efeito estufa etc. só terá vez se vier atrelada a possibilidades de vantagens para a própria empresa, seja diretamente (aumento de vendas e redução de custos), seja, pelo menos, indiretamente (evitar sanções de órgãos reguladores, do Ministério Público e da Justiça, como Termos de Ajustamento de Conduta [TACs], multas e processos). Ou, nas sábias palavras do ex-presidente do maior banco privado brasileiro, se a atividade se mostrar rentável. Até que ponto, contudo, é possível alguma coisa como um “capitalismo sustentável”, promessa embutida na ideologia “ESG”? Não será uma expressão como “capitalismo sustentável”, no fundo, um oxímoro, um paradoxismo, especialmente no longo prazo e globalmente?



Além do dossiê, temos, no presente número, cinco outros artigos, além de contribuições para duas outras seções. Os artigos de fora do dossiê temático são “La transformación del tramo inferior de la cuenca del Río Desaguadero en La Pampa, Argentina, durante los últimos 140 años”, de **María Laura Langhoff**, doutora em Geografia pela Universidad Nacional del Sur e bolsista de pós-doutorado (IADO-CONICET). Em seu artigo, ela

aborda a transformação do trecho inferior da bacia de Desaguadero, na Argentina, especificamente na província de La Pampa, até o século XX. Trata-se de uma bacia que se encontra em uma região árida da América do Sul. O objetivo do trabalho consistiu em mostrar as consequências do uso intensivo da água e como esse uso impacta a bacia.

Fernando Bueno Oliveira e **Manoel Calaça**, respectivamente doutor em Geografia e professor da Educação Básica (Secretaria de Estado da Educação de Goiás e Secretaria Municipal de Educação de Goiânia) e doutor em Geografia e professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG), nos oferecem o artigo intitulado “Importância estratégica da Bacia do Rio São Marcos (MG, GO e Distrito Federal): Disputas pela água entre agentes hegemônicos regionais e intranacionais”. A partir do conceito de hidropolítica, o artigo busca demonstrar a importância estratégica da bacia hidrográfica do Rio São Marcos em relação à dinâmica hídrica do Centro-Sul brasileiro; na esteira disso, os autores mostram que os critérios de uso da água, em última instância, resultam de deliberações e regulações advindas do Estado. Eles iluminam os conflitos hídricos entre agentes hegemônicos regionais e intranacionais, sem cuja análise não é possível compreender as candentes questões relativas à distribuição e proteção dos recursos hídricos que estão em jogo.

“A influência da sojicultura transgênica na degradação ambiental do Pampa gaúcho” é o título do artigo de **Henrique Rudolfo Hettwer**, doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM) e professor nas redes públicas municipal e estadual (e, também, na rede privada) de ensino do Rio Grande do Sul. Seu oportuno artigo discute alguns dos impactos ambientais da sojicultura transgênica em cinco municípios produtores do estado do Rio Grande do Sul, que ocupam o domínio morfoclimático e fitogeográfico do Pampa, o qual vem sendo impiedosamente desmatado nas últimas décadas no país, visando à sua conversão à sojicultura transgênica. O autor conclui que a sojicultura transgênica provoca diversos impactos ambientais, nos marcos de um modelo que ignora o custo ambiental dos problemas por ele ocasionados, ameaçando o Pampa e suas formas de vida.

Alexandre Queiroz Pereira, doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Professor Associado no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), é o autor do artigo seguinte, intitulado “As estratégias do setor imobiliário-turístico e a incorporação de medidas socioambientais no litoral do Brasil”. É fácil constatar, como diz o autor que as atividades turístico-imobiliárias têm se mostrado cada vez mais presentes (e impactantes) no litoral brasileiro. Situadas, como ele sublinha, “geralmente, em ambientes com características socioambientais complexas, cuja proteção ambiental é uma obrigação legal e apresenta apelo social, os empreendedores desse setor têm se apropriado de estratégias para potencializar seus negócios”, ele avança a tese de que “a produção da nova geração de estações turísticas (compostas por complexos, resorts e condomínios de praia) se realiza com uso intenso dos zoneamentos e de restrições ambientais em seu favor, tanto em razão do aumento da renda de monopólio quanto pela exclusividade espacial derivada das ‘barreiras’ ambientais.” Provocativamente, ele observa que “é possível afirmar que se instalam nas zonas de praia mecanismos de proteção ambiental forjados a partir de princípios de mercado, sobretudo os do setor imobiliário-turístico, como demonstram os modelos baseados na ocupação residencial de baixa densidade, inacessíveis aos estratos de menor renda da sociedade.” Mais que um exemplo gritante de injustiça social e espacial, portanto, podemos dizer que se trata, ao mesmo tempo, de um exemplo de injustiça ambiental, dada a apropriação e o acesso desiguais a “amenidades naturais”.

No que se refere aos artigos, por fim, temos “Movimentos sociais e enfrentamento à crise ambiental no século XXI: Considerações sobre a intersecção entre ambientalismo e combate às desigualdades sociais a partir de dois casos”, de **Giuliana Franco Leal** e **Matheus Thomaz da Silva**, respectivamente professora no Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação da Universidade Federal do Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), *campus* de Campos dos Goytacazes (RJ). Seu artigo tem como objetivo geral compreender as inter-

secções entre os temas do ambientalismo e as lutas contra as desigualdades territoriais, de raça e classe; eles almejam um diálogo com a teoria, mas fazem isso com a ajuda da análise de dois movimentos sociais ligados a pautas alimentares, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o *Slow Food* Brasil. Os autores perceberam que o MST, ao longo de quatro décadas de existência, ambientalizou-se ao longo do tempo, ao incorporar a agroecologia à luta de classes, e aproximou-se assim de saberes camponeses; já o *Slow Food* foi fundado, na Itália, com preocupações ambientais desde o início, mas, ao chegar ao nosso país, incorporou mais intensamente preocupações com a igualdade social e aproximou-se de lutas de classe e pautas decoloniais.

Na seção *Direto da Luta*, este número de **AMBIENTES** oferece não apenas uma relevante contribuição, mas também uma inovação de grande alcance político e simbólico: trata-se do depoimento de Paulo Baltazar, do povo Terena. Geógrafo premiado, professor universitário e ativista, Paulo nos brinda com duas versões de seu relato: uma, em português; outra, em terena, sua língua materna. Acreditamos que, com esse gesto simples de prestigiar a voz de uma liderança indígena no idioma de seu próprio povo, **AMBIENTES** aponta um dos caminhos possíveis rumo a um maior respeito pela diversidade étnica e cultural que caracteriza nosso país, e que vem se fazendo cada vez mais presente no próprio mundo acadêmico.

Por fim, a revista traz uma resenha, de autoria de **Pedro César Nogueira Marques**, da coletânea *Fronteiras e águas transfronteiriças na Bacia do Prata*, organizada por Flávia Darre Barbosa e Wagner Costa Ribeiro. A obra é composta, como nos informa o autor da resenha, por nove artigos, que versam sobre a problemática da complexa gestão territorial em bacias hidrográficas que atravessam fronteiras internacionais, o que acarreta toda uma série de dificuldades de comunicação, entendimento e harmonização de legislação e padrões de gestão territorial.